

O TRIPÉ ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO ENSINO BÁSICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO “POLÍTICAS PÚBLICAS, DIMENSÕES RACIAL E DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS CIDADES E NA CIDADANIA: ESTUDOS DE CASO NO VALE DO PARAÍBA - RJ”

Carla Hirt

Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Pinheiral

Resumo: Este projeto surgiu em 2019 a partir da demanda de estudantes que buscavam entender a lógica de urbanização que reproduz padrões de racismo ambiental urbano na cidade em que moravam: Volta Redonda. Para contemplar seus interesses analíticos, a pesquisa se organizava em 2 eixos: i) a análise das desigualdades do espaço urbano no que diz respeito à provisão de infraestruturas básicas e qualidade ambiental; ii) a análise da distribuição espacial da população observando as classes sociais e a questão racial. Intencionava-se avaliar as condições de direito à cidade por distintos segmentos sociais a partir da análise da qualidade ambiental e do acesso aos serviços e equipamentos públicos urbanos. Recentemente, para atender às demandas de estudantes que ingressaram na pesquisa, foi acrescentada a dimensão de gênero nos estudos - qualificando ainda mais a compreensão da distribuição espacial da população nas cidades e o acesso aos serviços e equipamentos públicos urbanos. O estudo também passou a abranger os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende e Valença. Este relato é um exemplo do potencial e dos desafios de uma proposta educacional relativamente recente e extremamente significativa no Brasil: o tripé ensino-pesquisa-extensão no Ensino Básico.

Palavras-chave: Organização interna das cidades; racismo ambiental urbano; interseccionalidade; Vale do Paraíba; ensino-pesquisa-extensão.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) podem ser entendidos como uma mudança de paradigma a respeito do que tradicionalmente foi a oferta do Ensino Básico no Brasil, pois sustentam-se no tripé ensino-pesquisa-extensão e possibilitam que estudantes sejam protagonistas na construção, e não somente na reprodução do conhecimento. Esta proposta educacional nasce de uma concepção da educação como diálogo entre agentes produtores de saberes. No dizer de Paulo Freire, uma educação crítica e libertadora, de forma a promover a consciência transitiva crítica, que se importa com a convivência comunitária, democrática, valorizando o diálogo - pressuposto da democracia em uma sociedade aberta, com “[...] formas de vida altamente permeáveis, interrogadoras, inquietas e dialogais, em oposição às formas de vida ‘mudas’, quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias” (FREIRE, 1976, p. 60).

O projeto de pesquisa que será apresentado neste artigo surgiu em 2019, a partir da demanda de 3 estudantes do Ensino Básico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) Campus Pinheiral, que idealizaram a pesquisa como um meio de compreender os processos que resultam na conformação socioespacial e buscando entender a lógica de urbanização que reproduz padrões de desigualdade nas cidades em que vivem.

Desde então, 11 estudantes¹ passaram pela pesquisa e contribuíram ativamente com os estudos e as (re)orientações da pesquisa através de seus questionamentos, apontamentos, estudos e observações. É por esse motivo que este texto será escrito em diversos momentos na primeira pessoa do plural: em reconhecimento ao protagonismo destes estudantes na construção do conhecimento e das atividades aqui relatadas.

Para contemplar os interesses analíticos dos estudantes que idealizaram inicialmente a pesquisa, o estudo se organizou em 2 eixos: i) a análise das desigualdades do espaço urbano no que diz respeito à provisão de infraestruturas, serviços básicos e qualidade ambiental; ii) a análise da distribuição espacial da população observando as classes sociais, analfabetismo e autodeclaração racial.

Interessam “os processos de fragmentação do espaço e novas formas de segregação resultantes dos problemas de conectividade das redes [...]. A constituição da infraestrutura materializa e que frequentemente reforça os conjuntos de relações de poder dentro das sociedades urbanas” (KLINK E BARCELLOS DE SOUZA, 2016, p. 291). Neste ponto, a pesquisa se conecta com a discussão sobre Racismo Ambiental Urbano (PACHECO, 2009) – que pode ser entendido como o conjunto de injustiças sociais e ambientais que recaem sobre etnias e populações mais vulneráveis, tenham elas ou não intenção explicitamente racista. Isto porque a hipótese central desta pesquisa é de que as cidades apresentam as piores infraestruturas urbanas, serviços públicos e qualidade ambiental, justamente nos bairros que apresentam o maior percentual de população autodeclarada preta, parda ou indígena. Já, os bairros com maior percentual de população autodeclarada branca, são os que resguardam melhor o direito à cidade aos seus habitantes. Isto mostra a dimensão estrutural e estruturante do racismo em suas diversas manifestações nas relações sociais.

Iniciamos o estudo pela cidade de Volta Redonda. A escolha se deu por ser o local de residência dos estudantes e por ser um município limítrofe à cidade de Pinheiral – onde se localiza o Campus do IFRJ em que a pesquisa será realizada. Como mencionado, a pesquisa vem recebendo novos estudantes interessados na temática da organização interna das cidades. Partiu destes estudantes, no ano de 2022, a proposta de englobar novas categorias analíticas e conceitos para compreensão do processo de produção e reprodução de práticas sociais e sua relação com os corpos no espaço urbano e o direito à cidade - com destaque para a compreensão da intersecção das relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade na reprodução de injustiças sociais que se mantém de uma geração à outra (JORDAN, 1992, apud COLLINS, 2017, p. 7).

A respeito dos objetivos deste projeto, devem ser aqui destacados os de ordem institucional e de ordem da pesquisa em si. Em termos institucionais, busca-se ampliar a troca de saberes e promover a construção do conhecimentos por meio da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, que tem sido alcançado através da promoção do diálogo entre estudantes de educação profissional técnica de nível médio, a Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi, e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do IFRJ Campus Pinheiral do IFRJ. Objetiva-se também estreitar ainda mais os laços interinstitucionais com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM/IPPUR/IFRJ) e com a Comissão de Defesa

¹ Até o momento, os estudantes que contribuíram e contribuem com a pesquisa são: Murilo Jones da Costa, Carolyn Yumi Hayashida Souza, Isabela de Oliveira Wilmsen, Kevin Vitor de Andrade Dalavia, Ketelyn Vitória De Moraes Sarmiento, Lara de Barros Izaías Maciel, Larissa Barbosa de Aguiar, Ariella de Athayde Kelly Gonçalves, Polyana de Oliveira Machado, Giulia Tôrres da Silva e Pedro Silva Lopes de Jesus de Souza. Desde o princípio a pesquisa contou com bolsas de Iniciação Científica Jr (IFRJ, CNPq e FAPERJ). e, recentemente, foi contemplada também com recursos do Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica (PROCIÊNCIA).

dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

A pesquisa tem como objetivos geral compreender a organização interna da cidade de municípios da porção Fluminense do Vale do Paraíba, considerando a distribuição espacial e a qualidade dos serviços públicos urbanos, analisando a distribuição espacial da população conforme aspectos que interseccionam as dimensões de raça, classe e gênero, analisando futuramente o acesso destes distintos segmentos sociais a serviços e equipamentos públicos urbanos.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

Inicialmente e de forma concomitante com outras atividades da pesquisa, estão sendo realizadas discussões de referenciais bibliográficos acerca dos marcos teóricos e analíticos para o desenvolvimento da pesquisa, com destaque para as obras *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*, de Raquel Rolnik (2013), *Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana*, de Eduardo Rio Neto & Juliana Riani (2013) - obra que nos ajudou a organizar a metodologia da pesquisa; *A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de Pesquisa-ação*, de Renato Emerson dos Santos (2011); *Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas*, de Deborah Werner e Carlos Brandão (2019); *Cidade-empresa. Presença na paisagem urbana brasileira*, de Rosélia Piquet (1998); *O que é Justiça Ambiental?*, de Henri Acselrad, Cecília Mello e Gustavo Bezerra (2009) e; *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, de Patrícia Hill Collins (2017). É importante salientar que são realizadas com frequência anual oficinas de leitura para os estudantes novos que ingressam na pesquisa, para que os mesmos se apropriem das discussões. Todos estes textos são lidos, debatidos e revisitados anualmente pelos membros da pesquisa, como parte do processo formativo a que esta pesquisa se

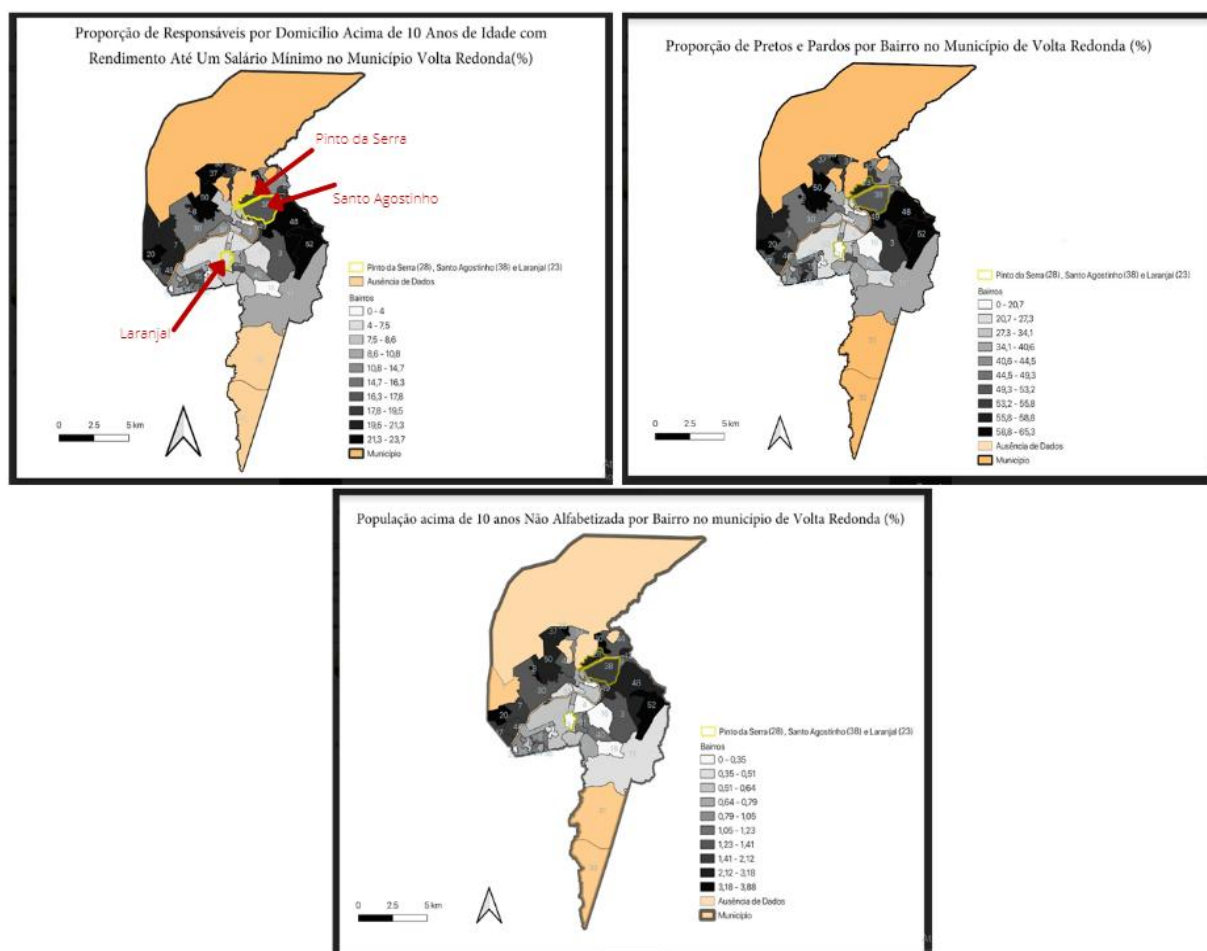
propõe. Na medida que novas abordagens analíticas vão surgindo, novos textos vão sendo acrescentados a essa lista.

Figura 1: distribuição espacial da população por bairros segundo renda, autodeclaração racial e analfabetismo (elaboração própria).

Além disso, em 2020, com o auxílio da base de dados do Censo 2010 do IBGE, foi elaborado o mapeamento da distribuição espacial da população segundo autodeclaração racial, renda, e alfabetização no município de Volta Redonda (figura 1).

Após esta etapa e analisando os resultados do mapeamento, havíamos selecionado os bairros Laranjal, Santo Agostinho e Pinto da Serra, considerados emblemáticos pelos contrastes que apresentam, para serem as localidades onde realizaríamos a etapa de “visita técnica” - para contemplar o eixo 1 da pesquisa.

Como é possível observar, os bairros considerados emblemáticos aparecem com as bordas destacadas na cor amarela. O bairro Laranjal possui uma das menores concentrações de população preta e parda. Possui altos índices de alfabetização, e concentra também uma população com maior renda.



Santo Agostinho é um bairro intermediário. Já o bairro Pinto da Serra possui uma maior concentração de população preta e parda, possui maiores índices de analfabetismo, e a população também apresenta uma renda familiar menor. Por isso escolhemos estes bairros como casos emblemáticos.

Não se pode considerar que apenas os fatores socioeconômicos são os responsáveis pela segregação residencial. Fatores como auto segregação e racismo também precisam ser levados em consideração nas análises sobre distribuição espacial da população. A etapa do trabalho de campo (realizado somente em 2023) foi muito importante para verificar de forma ainda mais contundente, segundo a nossa hipótese, como as desigualdades sociais baseadas em raça imprimem padrões espaciais de segregação urbana, revelando como as desigualdades de renda, escolaridade, bem como o acesso diferenciado aos equipamentos urbanos, têm na sua espacialização uma chave de leitura e de compreensão sobre os mecanismos de perpetuação do padrão de relações raciais brasileiro. Essa hipótese foi inspirada nos estudos de Edward Telles - no livro *Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica*, e no artigo já mencionado de Neto e Riani (2013).

A análise destes dados, associado ao processo histórico de urbanização de Volta Redonda - muito bem abordado Piquet (1998), ajudam a entender como se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social na cidade de Volta Redonda.

Diante de adaptações que foram necessárias em decorrência às recomendações de isolamento social devido à pandemia de COVID-19, e também pela ausência de recursos do PROCÊNCIA – solicitados desde o ano de 2019 e conquistados somente em 2022, só foi possível realizar os primeiros trabalhos de campo no ano de 2023. Contudo, observando os resultados satisfatórios de mapeamento já realizado para o município de Volta Redonda, resolvemos expandir a área de abrangência da pesquisa. Atualmente estudo abrange também os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende e Valença (figura 2).

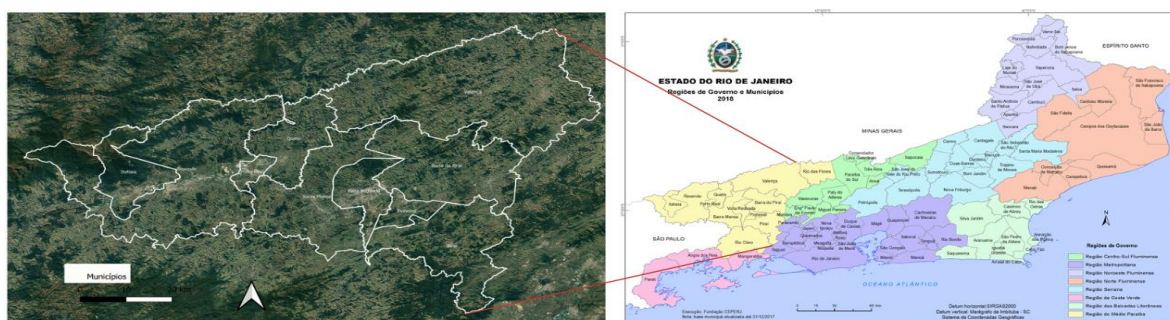


Figura 2: Municípios de abrangência da pesquisa (elaboração própria).

Além disso, para atender às demandas de estudantes que ingressaram de forma voluntária na pesquisa, foi acrescentada a dimensão de gênero nos estudos. Foi nesse momento, a partir de mais esta contribuição dos estudantes, que este estudo encontrou a noção de interseccionalidade. Contribuição que não é trivial, pois a interseccionalidade envolve dimensões éticas sugeridas pela liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa, e uma pesquisa comprometida com estes princípios

pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins; Bilge, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social. (COLLINS, 2017, p. 7)

Em janeiro de 2023 foi realizado o primeiro trabalho de campo da pesquisa (figura 2). Nele, percorremos os bairros Laranjal, Pinto da Serra e Santo Agostinho - considerados emblemáticos após a realização do primeiro mapeamento de dados (2020) - para registros fotográficos sobre a infraestrutura urbana e; nas ocupações populares urbanas 9 de Novembro e Dom Waldir Calheiros - onde foram realizadas entrevistas com membros e lideranças de movimentos de moradia destas cidades, visando entender, a partir de suas lutas, como a dimensão de gênero atravessa o direito à cidade (HELENE, 2019).

Nesta ocasião os estudantes puderam acompanhar a importância da participação e da mobilização popular na conquista de direitos básicos, e como são cruciais as políticas públicas socialmente orientadas. Também observaram como a cidade é desigual em termos da oferta de serviços e equipamentos públicos, além de ofertar aos cidadãos diferentes condições ambientais (figura 3).

Com a ampliação da abrangência espacial da pesquisa, novos mapeamentos foram realizados no ano de 2023, agora por setor censitário, a respeito da porcentagem de i) moradores pretos, pardos e indígenas; ii) pessoas do sexo feminino responsáveis pelo domicílio; iii) moradores sem banheiro nos domicílios; iv) moradores sem acesso à rede geral de distribuição de água; v) moradores sem acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou fosse séptica. Estes mapas não serão aqui expostos por uma questão de espaço editorial e de resolução das imagens. Foi a partir da análise destas imagens que chegou-se à conclusão da necessidade de realizarmos um trabalho de campo em um bairro de Pinheiral chamado Parque Maíra. Este é um bairro que também se destaca por uma maior proporção de habitantes pretos e pardos. Contudo, diferente do que é comum observarmos, se trata de um bairro com boas condições de oferta de serviços e equipamentos públicos urbanos. Assim, com a mesma finalidade dos trabalhos de campo realizados em Janeiro, em novembro de 2023 foi realizado um trabalho de campo no bairro Parque Maíra. Este bairro nasceu a partir de uma ocupação popular em 1988. O que foi relatado é que cada um dos serviços e equipamentos públicos urbanos desta parte da cidade foram conquistados



com muita mobilização popular e participação política organizada através da Associação de Moradores e da Associação de Economia Solidária do Parque Maíra. Passarela, água encanada, esgotamento sanitário, orelhões, quadra de esportes, pavimentação, escola, iluminação pública, entre outros. Este processo de conquistas está diretamente relacionado com a origem do bairro, fruto da luta dos movimentos sociais de luta por moradia e da formação de sujeitos coletivos e, portanto, sujeitos históricos que podem transformar a realidade quando se juntam, contestam a ordem e propõem alternativas a ela.

O trabalho de campo foi oportunizado também a outros 25 estudantes do Campus que cursam tanto o Ensino Básico quanto as graduações e a Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos.

Esta atividade aconteceu atrelada à mesa "*A classe e a cor do direito à cidade: lutas e conquistas coletivas*" - debate proposto pela pesquisa para ser realizado na VIII Semana da Consciência Negra do IFRJ Campus Pinheiral - organizada pelo NEABI/IFRJ/Cpin, parceiro da pesquisa. Esta mesa contou com a participação de duas lideranças do Parque Maíra, bem como de um pesquisador do NEGRAM/IPPUR/UFRJ (figuras 4, 5 e 6).



Figura 4: Material de divulgação das atividades propostas pela pesquisa na VIII Semana da Consciência Negra do IFRJ Campus Pinheiral (2023).

Figura 3 - Trabalho de campo realizado no dia 13/01/2023 em Volta Redonda (RJ). (registros fotográficos próprios da pesquisa)



Figura 5: Mesa "A classe e a cor do direito à cidade: lutas e conquistas coletivas", realizada na VIII Semana da Consciência Negra o IFRJ Campus Pinheiral (Acervo fotográfico da pesquisa).



Figura 6. Trabalho de campo realizado no Parque Maíra realizado na VIII Semana da Consciência Negra o IFRJ Campus Pinheiral (Acervo fotográfico da pesquisa).

Outra dimensão importante dos trabalhos de campo e das mesa proposta pela pesquisa foi o reconhecimento do conflito como chave analítica fundamental para a compreensão dos processos que levam à formação de sujeitos políticos. Como aponta Vainer (2007),

são a luta social e o conflito aberto os principais, senão os únicos caminhos através dos quais grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público – isto é, enquanto sujeitos políticos. Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerar identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, AÇÃO POLÍTICA (VAINER, 2007, p. 6).

Esta é uma importante contribuição para o processo formativo proporcionado pela tríade ensino-pesquisa-extensão, pois aprendeu-se que banir o conflito das análises significaria banir a política do espaço urbano.

A realização desta pesquisa tendo como bolsistas estudantes do Ensino Básico tem sido um grande desafio, mas é apenas um exemplo da realização de uma proposta educacional relativamente recente e extremamente significativa no Brasil.

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO ENSINO BÁSICO E A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades [...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (Lei nº 9.394/1996)

A partir da convergência de estudos de raça/ classe/ gênero para compreender as dinâmicas urbanas e seus desdobramentos, esta pesquisa traz os benefícios de i) desnaturalizar as compreensões acerca das vivências socioespaciais, promovendo a análise não simplificadora dos fenômenos complexos que resultam na organização interna das cidades; ii) entender a materialidade e as subjetividades da cidade como desdobramentos de relações sociais das mais diversas ordens e realizadas por meio dos mais diversos aparatos institucionais e; iii) estimular a verve da pesquisa nos estudantes envolvidos no projeto, bem como a conscientização e a consolidação da cidadania por meio da compreensão da complexidade dos fenômenos estudados e dos meios de acessar os espaços consultivos e deliberativos.

A dimensão de gênero é importante para a compreensão da realidade socioespacial no país, como já demonstrou o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, publicado em março de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se observarmos, por exemplo, que o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos das mulheres é, em média, 25 % inferior ao que os homens ganham – ou seja: as mulheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, já os homens, R\$ 2.306 – e se considerarmos que elas se deslocam pela cidade tanto quanto ou mais que os homens, vamos entender que as condições materiais distintas influenciam inclusive nas condições e proporção de gastos com deslocamento no espaço urbano, uma vez que “suas necessidades são muitas vezes desprezadas, a circulação acontece de maneira restrita e assim, a apropriação da cidade e a vivência do espaço público pelas mulheres são fragilizadas” (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019, p. 105)

Pensar no direito à cidade considerando a perspectiva de gênero exige a compreensão de que homens e mulheres experimentam os espaços e as cidades de formas diferentes. Discutir – e desnaturalizar - “o lugar” socialmente determinado à mulher na sociedade – e na cidade se relaciona diretamente com essas problematizações.

Por questões socialmente forjadas, por exemplo, a movimentação das mulheres nas cidades ocorre cotidianamente de um modo menos linear, em geral, do que a movimentação dos homens. Os trajetos deles frequentemente se resume entre casa-trabalho-casa. Já as mulheres têm este trajeto acrescido de paradas na escola dos filhos, no supermercado e em outros espaços que fazem parte da reprodução da vida familiar, com um ir e vir muito mais complexo. (SADER; NICOLETE; GOMES, 2019). De forma geral,

Os transportes públicos continuam priorizando os deslocamentos considerados obrigatórios – aqueles que ligam áreas residenciais a áreas de trabalho e de estudo em horários de pico -, sem considerar os deslocamentos das mulheres – mais complexos e, por isso, mais difíceis de ser analisados e de receber uma solução -, cujos percursos nunca vão de um ponto a outro, mas ocorrem em ziguezague, aproveitando o espaço

entre as atividades para realizar outras (MONTANER e MUXI, 2014, p. 208, apud SADER; NICOLETE; GOMES, 2019, p. 107).

[...] as mulheres negras e pobres enfrentam, ainda, maiores problemas e desafios, gastando mais horas cuidando da casa e da família, sofrendo com precariedades múltiplas relacionadas ao saneamento, à iluminação, à falta de equipamentos públicos como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer. Questões relacionadas ao transporte público, seus itinerários e horários também afetam diretamente a vida de inúmeras mulheres, em especial as que residem nas periferias. A falta de iluminação e a insegurança de áreas desertas transformam o simples ato de circular na cidade em objeto de tensão e medo (FRANCO, FRANCISCO, TAVARES, 2017, apud SANTOS; BORGES; GONÇALVES, 2020, p. 6).

Esses são apenas alguns exemplos que mostram como as análises sobre o direito à cidade necessitam passar por uma revisão nas teorias sobre a cidade, pela adoção de chaves analíticas que na verdade não são novas, mas são pouco acionadas. Isso contribuirá para que as cidades sejam pensadas, socialmente tensionadas e planejadas em direção à igualdade e à diversidade.

É importante destacar que IFRJ Campus Pinheiral está situado em um município com população composta por 52,3% de população preta ou parda. Os municípios limítrofes a Pinheiral apresentam as seguintes porcentagens de população negra (pretos + pardos) em seus territórios: Volta Redonda – 46,7; Barra do Piraí – 57%; Piraí – 52,9%.

Cabe mencionar que o IFRJ Pinheiral funciona numa área que foi a sede da Fazenda do Pinheiro, uma das mais importantes fazendas do ciclo do café, de propriedade de José Joaquim de Souza Breves - que entrou para a história como sendo o Rei do Café no Brasil Império, mas que também foi traficante de pessoas escravizadas no século XIX. Esta fazenda deu origem ao nome da cidade onde hoje se encontra o Campus Pinheiral do IFRJ, o qual tem ainda algumas construções remanescentes da época, certamente construídas pelos negros escravizados. Contudo, ainda há no campus a predominância de narrativas institucionais que invisibilizam a presença negra na formação socioespacial de funcionamento da instituição e da própria região, exaltando-se o passado do café.

Tais perspectivas de narrativas promovem o que SANTOS (2009) chama de “branqueamento dos territórios”, que compreende o branqueamento da ocupação - com aniquilação, extermínio, expulsão ou mesmo assimilação e embranquecimento de outros grupos, negros e/ ou indígenas; o branqueamento da imagem - com as narrativas históricas negando ou invisibilizando o protagonismo histórico a outros grupos que não os brancos; e o branqueamento cultural - com a imposição de determinadas matrizes de relação sociedade-natureza sobre outras.

Esse apagamento acima mencionado promove uma lógica educacional que oculta ambiguidades territoriais e identidades ambivalentes, sendo esta uma de maneira que ao longo da história se mostrou significativamente eficiente no processo de a desenhar padrões de segregação visivelmente racionalizados, mas que não anunciam seus agentes e processos justamente pela ocultação de informações relevantes à análise socioespacial.

No processo de construção de conhecimento sobre o território (que também é uma forma de construir o território), os estudantes o compreendem como construção espacial resultante e condicionante das relações de poder entre atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993). Estes atores não apenas “habitam” o território, mas sim, o constroem, o disputam, o significam e o representam, e tais

atos são também operações e ferramentas de poder. Este território, “espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado” (HAESBAERT, 2004, 84) é matriz de relações de dominação que envolvem, também a própria produção, difusão e imposição de significações e representações sobre ele: as representações são, também, relações de poder, que instauram posições hierarquizadas de sujeitos. A história do território identifica e posiciona sujeitos do passado, mas também os sujeitos do presente.

Num ensino antirracista, a formação de uma consciência espacial e uma educação geográfica (como sinaliza a BNCC) não podem prescindir de uma compreensão racializada das relações sociais e dos processos históricos de formação dos territórios. Isso inclui também o conhecimento sobre como estas relações se apresentam na atualidade e como elas se espacializam e, em especial para esta pesquisa, como dimensão racial se manifesta na organização interna das cidades.

É preciso permitir ao educando compreender (e desnaturalizar) o racismo como elemento não só do processo de formação do território mas também das narrativas hegemônicas eurocentradas e branqueadas que se fazem sobre os processos de formação territorial. Abordagens genéricas e não racializadas de fenômenos sócioespaciais não permitiriam, por exemplo, a identificação e análise crítica e consistente dos agentes e processo que levam estabelecimento de um padrão racializado de segregação socioespacial nas cidades brasileiras (SANTOS, 2018).

Através da atuação na tríade ensino-pesquisa-extensão, busca-se consolidar os laços de cooperação inter institucional com Núcleos de estudos e Grupos de Trabalho que se dedicam a fortalecer iniciativas que promovam tensionamentos analíticos no sentido de promoção de uma educação formal que seja socialmente referenciada, que busquem a curricularização de temáticas raciais voltadas à promoção da igualdade racial, que promovam uma maior reflexão sobre os agentes e processos que levam à conformação de desigualdades o urbano no Brasil e que desnaturalizem e desinvisibilizem os agentes e processos que levam à reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça. Buscando potencializar tal proposta educacional e as trocas de saberes para além dos muros da instituição, até o presente momento buscamos estreitar laços com o NEGRAM/IPPUR/UFRJ, e com o Projeto de Extensão “Rodas de Diálogo: Acesso a Serviços Públicos e Consolidação da Cidadania” (IPPUR/UFRJ). A pesquisa já é realizada com o apoio e parceria do NEABI do IFRJ Pinheiral.

O levantamento de dados embasado na perspectiva teórico-metodológica tem corroborado para o entendimento de como a interseccionalidade das relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade encadeiam injustiças sociais que se mantêm de uma geração à outra (JORDAN, 1992, apud COLLINS, 2017, p. 7) e engendram situações díspares politicamente e espacialmente. Nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 esta pesquisa foi apresentada em eventos inter e extrainstitucionais, possibilitando que os estudantes experienciem diversos espaços de trocas de saberes. Além disso, foram oferecidas 2 oficinas sobre *elaboração de mapas para espacializar dados quantitativos do Censo IBGE por setor censitário*, realizados 3 trabalhos de campo e organizada uma mesa de discussão sobre interseccionalidade e o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade forjada sob os cânones da desigualdade de acesso à propriedade e à renda, a valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos setores menos abastados da sociedade - que não detém capital econômico nem social - para ascender de status, no sentido de buscar uma mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis através do acesso a um “capital cultural” (BOURDIEU, 1998, p. 67, apud). Contudo, tradicionalmente o sistema de ensino hegemônico nos países capitalistas serviu como um instrumento para consolidar e

reproduzir invisibilização, seleção, padronização e hierarquização de conhecimentos e saberes. E por muito tempo (e ainda no presente), este sistema hegemônico ocultou conflitos, desigualdades, injustiças e os agentes e processos geradores dessas desigualdades e injustiças – com destaque às atravessadas pelo racismo.

É sob os cânones dessa lógica que historicamente se deu a expansão e a universalização do acesso à educação no Brasil. O sonho e as iniciativas para a expansão e universalização desse modelo tradicional resultou, portanto, em significativa medida na conservação (reprodução) do *status quo*. Assim, entende-se a utopia do sistema de ensino enquanto um paradoxo pois não se trata somente de defendê-la dos ataques que arriscam levá-la ao desmonte do sistema público e gratuito de ensino. Uma “verdadeira” utopia exige a desconstrução modalidades institucionais/didático/pedagógicas que condicionam a sociedade à reprodução do *status quo*. Exige, entre outras coisas, disputa de currículos. “Assim, máxima freireana de que toda educação é um ato político encontra eco no entendimento de que toda escolha curricular é também e, por princípio, uma escolha política (FREIRE, 1996)” (SILVA, 2015, p. 464).

Esta pesquisa permite desnaturalizar as compreensões acerca das vivências socioespaciais e da organização interna das cidades, entendendo a materialidade e as subjetividades da cidade como desdobramentos de relações sociais, e os mapeamentos que estão sendo produzidos trazem mais elementos para analisar a conformação socioespacial dos maiores municípios da região. A pesquisa possibilita também que os estudantes atuem na divulgação científica, visto que participaram de eventos institucionais e extra institucionais. Além disso, evidenciou no espaço institucional de ensino a necessidade de problematizar o conhecimento sobre as cidades, trazendo a questão racial e de gênero, bem como o racismo ambiental urbano de forma mais presente no ensino de geografia.

O estudo torna ainda mais consistente a compreensão sobre as assimetrias no acesso ao chamado “direito à cidade”, e como o padrão de distribuição espacial evidencia arquétipos de racismo ambiental urbano e desigualdade de gênero no acesso e no direito à cidade nestes municípios da porção fluminense do Vale do Paraíba, bem com a relevância dos movimentos sociais e articulações coletivas como espaços de educação não formais, onde se constroem ações políticas, educação e levam à formação de sujeitos coletivos mobilizados na conquista de direitos.

Além disso, os mapeamentos já produzidos ajudam a olhar com mais informações para a conformação socioespacial dos municípios da região em que a escola se insere. Destaca-se também a viabilização do protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento com bases teóricas, metodológicas e científicas a respeito da complexidade socioespacial das cidades em que vivem. A pesquisa possibilitou também que os estudantes atuem na divulgação científica, visto que participaram de eventos acadêmicos institucionais e extra institucionais.

Além disso, evidenciou no espaço institucional de ensino a necessidade de problematizar o conteúdo do conhecimento “curricular” sobre as cidades e de seus temas, trazendo agora com maior ênfase na interseccionalidade entre a questão racial e as desigualdades de gênero e de classe no espaço urbano e no ensino de Geografia. Ressalta-se que docentes do Campus, em aulas e atividades educativas sobre geografia urbana e sobre cartografia, apresentaram em suas aulas discussões promovidas por esta pesquisa. A curricularização de temas presentes em pesquisas e extensões na instituição vai se tornando uma realidade cada vez mais tangível – e isso se evidencia também em processos – sempre conflituosos – de construção de programas/ementas de disciplinas em Projetos Pedagógicos dos Cursos no Campus.

Deste o princípio, esta pesquisa possibilitou que os estudantes participassem em eventos inter e extra institucionais, possibilitando a experiência em diversos espaços de trocas e diálogos acadêmicos e extensionistas. Além de possibilitar o envolvimento dos estudantes em atividade científica para compreender o recorte espacial onde têm parte de suas vivências e relações, entendemos que o objetivo institucional desta pesquisa – que é de promover o diálogo e as trocas em diferentes espaços e entre distintos níveis de ensino – tem sido alcançado.

Participar democraticamente da escolha de temas a serem debatidos nas instituições de ensino do Estado é uma forma de entender a diferença entre “estar sujeito aos” e de “ser sujeito nos” contextos em que se está inserido – exercício importante para a compreensão do lugar social e elaboração do lugar epistêmico (ligado aos compromissos ético-políticos) de cada um (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Com a possibilidade de desenvolvimento de pesquisa e de extensão neste nível de ensino, abrem-se novas frentes de atuação e de disputa para a construção de instituições formais de ensino público que promovam a construção de conhecimento com o protagonismo de estudantes e, espera-se, comprometidas de fato com a transformação social através da construção de conhecimentos possibilitada por estas frentes de atuação, que aumentam a capilaridade para novos (velhos) temas e olhares que por anos estiveram ausentes dos debates promovidos através de currículos tradicionais.

Como se sabe, apesar do ensino sobre os espaços urbanos e sobre as cidades ser um conteúdo previsto no ensino da geografia escolar, ainda é preciso que haja tensionamentos teóricos e analíticos para que se promova uma maior reflexão sobre o urbano no Brasil. Esta pesquisa busca dar a sua contribuição neste sentido.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. In: **IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: mar. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.
- CORDEIRO, Fernanda Azevedo. O direito à cidade sob a perspectiva de gênero. **Boletim Petróleo, Royalties e Região, Campos dos Goytacazes/RJ**, ano XVI, n. 60, ago./2018.
- COSTA, J. B.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>.
- FREIRE, P. **Educação como prática para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. n. 38, 2021.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o Negro na Geografia do Brasil**. 3. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

PACHECO, Tania. Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito. **Democracia Viva**, 2009.

PESSOA, Thiago C. **O Império da Escravidão: o complexo Breves no vale do café (c.1850-c.1888)**. RJ: Arquivo Nacional, 2018.

ROLNIK, Raquel. “Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais : o Negro na Geografia do Brasil**. 3. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SADER, Ana Paula Cabral; NICOLETE, Jamilly Nicácio; GOMES, Márcio Fernando. AS mulheres e o direito à cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v. 20, p. 99-110, 2019.

SANTOS, Amanda S. K. ; BORGES, Ana U. S. ; GONÇALVES, Raquel Garcia . Reflexões sobre Direito à Cidade e Gênero: A Luta pela Democratização dos Espaços da Cidade. **Em sociedade**, v. 3, p. 1-19, 2020.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de & LIMA JR, Pedro Novais de. (Org.). **Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, v. 1, p. 345-366

SILVA, Ana Tereza Reis da. Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 461-478, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200461&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015120261>.

TELLES, Edward. Segregação residencial. In: **Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VAINER, Carlos. **Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades/ Conselho Nacional das Cidades/ Ministério das Cidades. Organizado pelo GT Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/VAINER-2007-Seminario-Nacional-Prevencao-e-Mediacao-de-Conflitos-Fundiarios-Urbanos.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2023